

ATA NÚMERO 89/XIII/ 1.^a SL

Aos seis dias do mês de dezembro de 2016, pelas 12 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 70, 72, 74 e 75.**
- 2. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.º 289/XIII/1.^a (PSD) - Clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais, através da primeira alteração à Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, do enquadramento base das terapêuticas não convencionais e à Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais -, 293/XIII/1.^a (CDS-PP) - Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar as prestações de serviços efetuadas no exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais -, e 301/XIII/2.^a (BE) - Isenta de IVA a prestação de serviços no exercício das profissões terapêuticas não convencionais reconhecidas pela Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro.**
- 3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 31/XIII/2.^a (GOV) - Consagra um regime transitório aplicável às declarações de rendimentos de IRS relativo a 2015, que permite a opção pela tributação conjunta em declarações entregues fora dos prazos legalmente previstos.**
- 4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 181/XIII/2.^a - Em complemento de petição anteriormente apresentada, reitera a solicitação de uma alteração legislativa sobre a obrigatoriedade de indicar o contacto de correio eletrónico, ou de outro tipo de contacto, do agente administrativo encarregado do processo administrativo.**
- 5. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 194/XIII/2.^a - Solicita a criação de um imposto direto sobre a publicidade e os meios de comunicação social em defesa da saúde pública, pelo direito a saúde física, moral e psíquica.
(Cabe ao GP PS).**
- 6. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 195/XIII/2.^a - IUC- imposto único de circulação.
(Cabe ao GP PSD).**

7. **Designação de relator ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2017 – COM 2016 (710).**
Cabe ao GP PSD

8. **Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 341/XIII/2.ª (PSD) - Alterações ao Estatuto do Gestor Público e aos regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local.**
Autor: Miguel Tiago (PCP).

9. **Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 342/XIII/2.ª (PSD) - Impõe deveres de transparência aos administradores da Caixa Geral de Depósitos e altera o Estatuto do Gestor Público.**
Autor: Paulo Trigo Pereira (PS).

10. **Deliberação sobre eventual realização de parecer às Propostas de Resolução n.ºs 25/XIII/2.ª (GOV), 26/XIII/2.ª (GOV), 27/XIII/2.ª (GOV), 28/XIII/2.ª (GOV), 32/XIII/2.ª (GOV), 33/XIII/2.ª (GOV) e 34/XIII/2.ª (GOV).**

11. **Outros assuntos.**

A Vice-Presidente da COFMA, Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), deu as boas-vindas aos membros da Comissão e passou de imediato aos pontos 8 e 9 da Ordem do Dia.

8. **Discussão e votação do parecer ao [Projeto de Lei n.º 341/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Alterações ao Estatuto do Gestor Público e aos regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local.**
Autor: Miguel Tiago (PCP).

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o parecer, acrescentando que esta matéria já foi analisada na Assembleia da República em algumas ocasiões. Nada tendo a apontar formalmente, manifestou algumas dúvidas sobre a sua admissibilidade, após o que sintetizou a iniciativa. Após saudar o autor do parecer, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sublinhou que, sendo o tema recorrente, o PSD não deixará de tentar eliminar a exceção prevista no diploma alvo desta iniciativa. Os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP) e Duarte Pacheco (PSD) intervieram por mais uma vez na justificação da sua posição –

de rejeição da iniciativa, por parte do PCP e de fundamentação da mesma, por parte do PSD -, remetendo mais argumentos para o debate na generalidade, a ter lugar nessa tarde.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

9. Discussão e votação do parecer ao [Projeto de Lei n.º 342/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Impõe deveres de transparência aos administradores da Caixa Geral de Depósitos e altera o Estatuto do Gestor Público.

Autor: Paulo Trigo Pereira (PS).

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) apresentou o parecer, sintetizando a iniciativa e manifestando a sua opinião enquanto autor do parecer. Sustentou que esta iniciativa e a anterior deveriam ter sido apreciadas em conjunto.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) interveio para saudar o autor do parecer.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

1. Apreciação e votação das atas n.º 70, 72, 74 e 75

Foram votadas as atas 70 e 72, sendo aprovadas por unanimidade.

2. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.º [289/XIII/1.ª \(PSD\)](#) - Clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais, através da primeira alteração à Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, do enquadramento base das terapêuticas não convencionais e à Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais -, [293/XIII/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar as prestações de serviços efetuadas no exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais -, e [301/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Isenta de IVA a prestação de serviços no exercício das profissões terapêuticas não convencionais reconhecidas pela Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) manifestou a concordância do PSD com as sugestões da DAPLEN. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) suscitou uma questão relacionada com o título da iniciativa, relativamente à expressão “atividades de aplicação”, após o que a Senhora Vice-Presidente esclareceu que a expressão consta da iniciativa do PSD.

As sugestões da DAPLEN foram aceites sem a oposição de qualquer GP.

3. **Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 31/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Consagra um regime transitório aplicável às declarações de rendimentos de IRS relativo a 2015, que permite a opção pela tributação conjunta em declarações entregues fora dos prazos legalmente previstos.**

Após serem levantadas algumas questões face à proposta de redação final da DAPLEN, o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) pediu o adiamento deste ponto para a reunião da próxima semana.

4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 181/XIII/2.ª](#) - Em complemento de petição anteriormente apresentada, reitera a solicitação de uma alteração legislativa sobre a obrigatoriedade de indicar o contacto de correio eletrónico, ou de outro tipo de contacto, do agente administrativo encarregado do processo administrativo.**

A proposta de não admissibilidade da petição foi aprovada por unanimidade.

5. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 194/XIII/2.ª](#) - Solicita a criação de um imposto direto sobre a publicidade e os meios de comunicação social em defesa da saúde pública, pelo direito a saúde física, moral e psíquica. (Cabe ao GP PS).**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) começou por chamar a atenção para o facto, constante da nota de admissibilidade, de o peticionário ter apresentado vinte e cinco petições desde o dia 1 de junho, considerando que tal deveria merecer uma reflexão por parte dos GP's.

A Senhora Vice-Presidente concordou, notando que a reflexão deverá ser geral, uma vez que a situação é comum a todas as Comissões.

O GP PS indicou como relator o Senhor Deputado Fernando Anastácio.

6. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 195/XIII/2.ª](#) - IUC- imposto único de circulação.**

O GP PSD indicou como relator o Senhor Deputado Carlos Silva.

7. **Designação de relator ao [Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2017](#) – COM 2016 (710).**

O GP PSD indicou a Senhora Deputada Rubina Berardo como autora do relatório.



10. Deliberação sobre eventual realização de parecer às Propostas de Resolução n.ºs 25/XIII/2.^a (GOV), 26/XIII/2.^a (GOV), 27/XIII/2.^a (GOV), 28/XIII/2.^a (GOV), 32/XIII/2.^a (GOV), 33/XIII/2.^a (GOV) e 34/XIII/2.^a (GOV).

A COFMA deliberou não efetuar parecer sobre as iniciativas em causa.

11. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) indagou de uma eventual indicação sobre a data de envio da redação final da Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2017, comunicando a Senhora Vice-Presidente que não havia.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) propôs que se realizasse uma reunião extraordinária caso a remessa da redação final ocorresse muito em cima da reunião ordinária, acrescentando que os membros da COFMA deverão ter pelo menos dois dias para analisar o documento.

A Senhora Vice-Presidente manifestou a sua concordância e informou que dará nota dessa sugestão à Senhora Presidente.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Vice-Presidente encerrou a reunião, às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de dezembro de 2016

A VICE-PRESIDENTE

(Cecília Meireles)

Reunião de 6 de dezembro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brillhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
João Galamba
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Domingos
Ivan Gonçalves
Jamila Madeira
João Pinho de Almeida
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Rubina Berardo